

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPINAS
CONDEPACC

ATA 350

Aos 13 dias do mês de setembro de 2007, com início às 10:00 horas, realiza-se na Estação Cultura – Anfiteatro, a trecentésima quinquagésima reunião do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC, sob a presidência de Francisco de Lagos Viana Chagas e com a presença dos seguintes conselheiros: José Vasconcelos Travassos Sarinho e Orlando Marotta Filho, titular e primeiro suplente do Gabinete do Prefeito Municipal - Sílvia Faria, primeira suplente da Secretaria Municipal de Urbanismo - Cláudio Natal Orlandi, titular da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura - Daniel Giatti Assis, titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Carlos Henrique Pinto, Valéria Murad Birolli, titular e primeira suplente da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e da Cidadania - Antonio Henrique Felice Anunziata, Fabíola Rodrigues, titular e primeira suplente da Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC) - Régis Romano Maciel, titular do Sindicato Rural de Campinas- José Fernando Vernier, titular do Conselho Municipal de Turismo - Mayla Yara Porto, titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) - Marcelo Alexandre Juliano, primeiro suplente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) - Ruy Rodrigues Machado, primeiro suplente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP) - Olga R. de Moraes Von Simson, titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Marino Ziggiatti, titular do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA) - Sérgio Galvão Caponi, titular da Academia Campineira de Letras e Artes - Nathanael de Almeida Leitão, primeiro suplente da Academia Campinense de Letras - Wilson Barbosa, primeiro suplente do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) - Caio Plínio A. Alves de Lima, titular das Entidades Ambientais - Sinval Roberto Dorigon, titular da Associação das Empresas do Setor Imobiliário e da Habitação de Campinas e Região (HABICAMP) - Jônio Ribeiro Nogueira, titular do Sindicato da Indústria e Construção Civil (SINDUSCON) - João Manoel Verde, Sílvia Palazzi Zákia, titular e primeira suplente da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (AREA) - Renata Alves Sunega, Marco Rocha, titular e primeiro suplente de Museologia - Justo Videla Juncos, titular da Sociedade dos Amigos da Cidade de Campinas - Rita Paschoal Homem de Melo, titular da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas (AEAC) - Herberto Aparecido Guimarães, José Alexandre dos Santos Ribeiro, conselheiros eméritos. **COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE:** O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas abriu a reunião ordinária solicitando que os Conselheiros primeiramente se manifestem quanto a alguma comunicação que queiram fazer, sendo que na seqüência fará a apresentação para a posse do novo Conselho com mandato para o biênio 2007/2009. **COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:** O conselheiro João Manoel Verde coloca que a última Ata, a de nº 349, está errada e que deveria ser aprovada nesta reunião, pois deveria constar em Ata que o projeto de revitalização do Largo do Pará não foi aprovado. Foi apenas montada uma comissão constituída por ele - João Manoel Verde dos Santos, Luiz A. Ferraz Matthes, Hélio Carlos Jarreta e Renata Alves Sunega e que não houve convocação para se reunirem e avaliarem o levantamento planialtimétrico do citado Largo do Pará. Esteve várias vezes na CSPC (Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural) e lhe diziam que o projeto tinha sido aprovado. Mas a comissão não se reuniu uma única vez. Nem ele e nem o conselheiro Luiz Antonio Ferraz Matthes foram chamados. Se sentiu lisonjeado por participar dessa comissão, mas reitera que era impossível se aprovar o projeto sem o levantamento planialtimétrico. A obra está correndo de maneira irregular. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas se diz surpreso, pois o projeto foi aprovado com a cláusula de se fazer

acompanhado pela comissão indicada. O presidente recorda ao Conselho que o projeto foi aprovado sim e por unanimidade, com a constituição da comissão citada para acompanhamento. A CSPC está sempre à disposição para que os conselheiros possam se inteirar do que está acontecendo, participando e acompanhando. Além de que, a CSPC está fazendo o acompanhamento e a fiscalização da reforma. Dizer que o projeto não foi aprovado não confere com a verdade. Foi aprovado sim. Continuando, o presidente disse que houve informação do Ministério Público de que foi anexado um e-mail dele - João Manoel Verde dos Santos - dizendo que não votou a favor do citado projeto. Porém, o mesmo foi aprovado porque os Conselheiros chegaram a conclusão que a obra não poderia ser paralizada. O conselheiro João Manoel Verde dos Santos colocou que, quanto ao e-mail, não falou que não tinha votado, mas falou a respeito da comissão, pois o Conselho entra em recesso em Julho, mas teria que haver uma ata ou parecer da comissão. Diz não ser funcionário público, alegando que a comissão não vai simplesmente se reunir e analisar o projeto. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas reiterou que o projeto foi aprovado por unanimidade e com a constituição da comissão, para embasar o que acabou de falar leu o trecho da Ata 349 - "...Os quatro conselheiros da comissão terão autoridade para fazerem esse acompanhamento...". "...A referida comissão tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e propor em nome do Conselho alterações que por ventura se façam necessárias a adequada revitalização daquele logradouro público em consonância com as normas legais". O conselheiro João Manoel Verde dos Santos questionou se seria ele que teria que juntar a comissão. Esteve várias vezes em contato com a CSPC perguntando sobre a reunião da comissão. Está a disposição. Insiste que a CSPC tem todos os elementos para entrar em contato e chamar a comissão. O Conselheiro João Manoel Verde dos Santos disse ainda que a Ata 349 tem que ter sua aprovação nesta reunião. O conselheiro José Alexandre Ribeiro coloca que o assunto é fascinante e está pendente. Vai dar sua versão conciliando os pontos - André Malraux, um ministro de Charles De Gaulle disse uma vez: "Ninguém conhece outra pessoa completamente". O conselheiro José Alexandre Ribeiro elogiando ou criticando os dois contendores disse que os conhece de vários ângulos e os pontos são conciliáveis. O que entendeu da reunião sobre o Largo do Pará é que o projeto foi inabilmente feito. Nós - o Conselho - aprovamos que a reforma continuasse para que a paralisação não fosse mais danosa para a cidade. O Largo é um cartão de visita da cidade. O deliberado foi que o projeto da reforma continuasse com o acompanhamento da comissão. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas leu o que ficou definido pelo Conselho na Ata 349: "...O conselheiro Herberto Guimarães colocou que, os protestos e as críticas foram colocados. O problema está na mesa. Está na hora de se colocar o remédio. Os conselheiros têm que se unir já que o projeto não pode parar e juntos com a CSPC e o DPJ achar uma solução, qual atitude será tomada, um plano de ação deverá ser estabelecido pelo CONDEPACC. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas coloca uma sugestão que se coaduna com o pensamento do Prefeito, sabendo-se da necessidade de continuação da obra, mas que com um espírito prático não fira a posição do Conselho, que é a de propor uma comissão com 4 conselheiros para acompanhamento das obras a serem realizadas e que assim se pudesse aprovar o projeto. O Dr. Hélio sabe da urgência do trabalho na praça, mas também quer que se trabalhe na pacificação dos interesses. Há pontos que podem ser revistos rapidamente. Que isso sirva de reflexão para que o Governo, não o Prefeito, tenha mais cuidado nas atitudes a serem tomadas. Sugere que se aprove o projeto, com o acompanhamento da comissão estipulada pelo CONDEPACC e com o melhoramento do projeto. O conselheiro José Alexandre dos S. Ribeiro considera a intervenção do senhor Presidente compatível com todos os interesses do CONDEPACC, principalmente pelo acompanhamento dos conselheiros junto aos trabalhos a serem realizados no Largo. O conselheiro Luiz Antonio F. Matthes informa que sem o levantamento planialtimétrico o projeto não pode ser aprovado. Precisa haver uma readequação de todo o projeto. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas propõe que em função de todas as colocações e por não ser o projeto o mais adequado tecnicamente, se faça juntamente com a comissão do CONDEPACC um levantamento planialtimétrico o mais rapidamente possível,

para que haja concordância por parte da população e do próprio Conselho, não ferindo a nenhum interesse. A conselheira Valéria Murad expõe que como a intervenção já está em curso e como existem situações preocupantes, deve-se aprovar o projeto, mas com ressalvas e o acompanhamento dos conselheiros indicados na comissão. O conselheiro Sérgio Caponi defende que em árvores centenárias ninguém poderá mexer, que o DPJ se preocupe a cumprir a lei, principalmente na preservação de um bem histórico, não se podendo mudar a bel prazer. A reforma precisa respeitar a história, é uma Praça do século XIX e não há condições de se aceitar que pessoas sem formação, sem capacitação se proponham a fazer o que não sabem. Concorde com a idéia proposta pelo presidente e por não ser um técnico da área, o que o conselheiro Luiz Matthes disser assina embaixo. A conselheira Mayla Porto diz que o erro foi feito, mas a intenção de todos é a de consertar. Concorde com a conselheira Valéria Murad sobre as ressalvas e o acompanhamento pelos conselheiros indicados na comissão. O conselheiro Herberto Guimarães quer que coloque uma proposta objetiva: que se forme a comissão e que todos os membros do Conselho depositem a confiança para que possam fazer as intervenções, com a certeza de que não mais serão derrubadas árvores. Fazer em quatro dias um levantamento planialtimétrico adequando esse projeto no que for necessário. Os quatro conselheiros da comissão terão autoridade para fazerem esse acompanhamento. O presidente propõe que a comissão seja constituída pelos conselheiros: João Manoel Verde dos Santos, Luiz Antonio F. Matthes, Hélio Carlos Jarreta e Renata Alves Sunega e que essa comissão juntamente com a equipe do DPJ elaborem um levantamento planialtimétrico. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas coloca em votação a proposta de: Aprovação do projeto com ressalvas e o acompanhamento da comissão formada pelos membros do Conselho.

APROVADA POR UNANIMIDADE as intervenções a serem realizadas no Largo do Pará com a formação e o acompanhamento da comissão formada pelos conselheiros: João Manuel Verde, Luiz Matthes, Renata Sunega e Hélio Jarreta. A referida comissão tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e propor em nome do Conselho alterações que por ventura se façam necessárias a adequada revitalização daquele logradouro público em consonância com as normas legais...". O conselheiro José Alexandre Ribeiro diz que a leitura feita pelo Presidente explicita e confirma o que já estava sendo discorrido. Não se aprovou simplesmente o projeto, aprovou-se, mas com o acompanhamento da comissão. O conselheiro José Vasconcellos T. Sarinho comenta que a não reunião da comissão é um assunto que não é fator impeditivo da aprovação da Ata 349. O conselheiro Herberto Guimarães expôs que a aprovação da Ata é uma coisa e a constituição da comissão é outra coisa. Deveria ser cobrada a ação da comissão, se não houve cobrança é outra situação. O conselheiro Sérgio Caponi esteve no Largo do Pará e entendeu bem o problema. A comissão deveria ter se postado no dia seguinte. A Comissão se organiza e se convoca. O conselheiro João Manoel Verde esteve com o conselheiro Hélio Jarreta que também faz parte da comissão e ele também não foi convocado. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas coloca que a comissão teria que ter se reunido com os responsáveis do projeto (DPJ). Que essa comissão tem sim a responsabilidade. Que não se deve cobrar do Conselho uma atitude que foi deixada nas mãos da Comissão. O conselheiro Sérgio Caponi fala que ele aprova a Ata. O conselheiro Herberto Guimarães explica que a Ata só poderá ser aprovada após a posse do Novo Conselho. A conselheira Mayla Yara Porto se manifesta querendo pontuar que esteve na reunião e que o Conselho delegou à Comissão pela urgência e o Conselho ficou na expectativa que essa comissão desse o encaminhamento. Continuando a conselheira Mayla Yara Porto disse que todos os membros do Conselho têm boa vontade. Quem entra no Conselho e se determina a algumas tarefas, independente das atribuições particulares, terá que fazer o que foi determinado, cumprir com o que lhe foi delegado. A comissão quando estabelecida age. Ela foi convidada a época para fazer parte dessa comissão, mas declinou do convite por estar entrando em férias. Quando se assume uma função tem que se fazer. A conselheira Renata Alves Sunega como membro da comissão se vê na obrigação de fazer a colocação de que as pessoas da comissão teriam autonomia inclusive individualmente para se manifestarem junto ao DPJ e para vistoria e

fiscalização no Largo do Pará. Toda vez que como membro da comissão procurou a Daisy (CSPC) e o Secretário Lagos foi satisfatoriamente respondida indicando este caminho citado. Não sabe se o Jarreta os procurou. Ela, Renata, se colocou com autonomia e autoridade para verificar diariamente e semanalmente podendo fazer colocações e tirando dúvidas. Qualquer membro da comissão poderia fazer como ela fez. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas determinou que a CSPC faça um estudo rápido ao regimento interno do CONDEPACC normatizando o funcionamento das comissões para que seja aprovado pelo Conselho. E ao se constituir uma comissão, que se saiba como essa comissão deverá agir e proceder. O presidente se reportou a uma matéria veiculada pela imprensa escrita e que não estava assinada, falando sobre a não nomeação do engenheiro agrônomo Luiz Antonio F. Matthes como representante do IAC, como se isso tivesse acontecido por pressão do Executivo Municipal. As instituições representadas no CONDEPACC são autônomas na indicação de seus representantes, indicam quem elas querem. Como atribuir a pressão ao Executivo se ele, Lagos, não sabe nem quem é o Diretor-presidente do IAC. Implícita ou explicitamente não se manifesta. Os integrantes do Conselho são escolhidos por suas entidades. O conselheiro João Manoel Verde dos Santos disse que quando falou em represália ao conselheiro Luiz Antonio F. Matthes não se referiu ao Executivo e sim ao IAC. Com relação a nota do Jornal, a coloca como sensacionalista. O conselheiro José Alexandre Ribeiro diz que como conselheiro emérito sugere que seja encaminhada uma carta ao IAC consultando o porquê da saída do conselheiro Luiz Antonio F. Matthes do CONDEPACC, inquirindo respeitosamente o IAC com uma explicação cabal. O conselheiro Sérgio Caponi não aceita a idéia do conselheiro Luiz Antonio F. Matthes ter saído, ele é um dos mais competentes. É extremamente lastimável. O Conselho deveria se manifestar. O conselheiro Herberto Guimarães explica que quanto ao Luiz Antonio F. Matthes o Conselho não pode se imiscuir na autonomia das entidades. Seria uma ingerência do CONDEPACC pedir uma explicação. O conselheiro Carlos Henrique Pinto gostaria de deixar registrada uma situação que vem incomodando a sociedade de um modo geral - como não existe uma identificação nos imóveis em estudos e/ou tombados pelo CONDEPACC, as intervenções que possam acontecer nos mesmos ficam sem discriminação por parte das pessoas; portanto, sugere que através do conselheiro e Secretário de Turismo Sinval Dorigon, que está através de sua secretaria colocando placas turísticas em Campinas, possa-se estender esse benefício colocando-se placas indicativas nesses bens, para que os mesmos sejam conhecidos e valorizados. O conselheiro Sérgio Caponi diz que foi muito bem lembrado pelo conselheiro Carlos Henrique Pinto a necessidade de identificação dos bens de interesse do CONDEPACC. O Conselho debate, estuda, se torna lei e com penalidades para serem aplicadas, mas um casario em frente ao Penido Burnier, está no chão impunemente. Solicita o encaminhamento para votação que o Bem Tombado seja visualmente identificado. Tombou coloca-se uma plaquinha. O conselheiro José Alexandre Ribeiro fala ao presidente e aos conselheiros que uma das luminárias do Largo do Rosário - Praça Visconde de Indaiatuba - no cruzamento da Rua Barão de Jaguara com a Rua General Osorio que estava totalmente torta não se encontra mais no local; quer saber se ela se quebrou ou se foi guardada. O conselheiro José Alexandre questiona também que a placa de bronze e os nomes dos fundadores não se encontram no Monumento à Fundação de Campinas (do artista plástico Lélío Coluccini) na Praça Guilherme de Almeida. Continuando fala sobre um painel de afrescos que a época do Prefeito Lauro Péricles foi feito pela artista Fúlvia Gonçalves na ETA 3 - Estrada de Sousas - que está sofrendo infiltração de água; entrou em contato com o Sr. Lauro Péricles que se prontificou juntamente com a artista a fazer o restauro. Propõe que o painel seja tombado e que o estudo seja feito pela CSPC para ele assinar. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas se referindo à luminária do Largo do Rosário diz que a mesma foi recolhida juntamente com mais duas luminárias da Praça Bento Quirino para serem restauradas. O conselheiro José Vasconcellos T. Sarinho comenta que foi formada uma Comissão Permanente de Acessibilidade que está sendo coordenada pela arquiteta Magda Pizzinato Fermino da SEMURB e gostaria que o CONDEPACC pudesse se unir a essa

comissão. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas passa a: **ORDEM DO DIA: a)** - Posse do Conselho com mandato para o biênio 2007/2009. O presidente do CONDEPACC leu os nomes dos conselheiros indicados pelas entidades e com publicação do Deferimento pelo Sr. Prefeito Municipal em D.O.M. para o biênio de 2007/2009. Após a leitura deu boas-vindas aos Conselheiros e agradeceu as entidades que democraticamente fizeram suas indicações, com votos de louvor pela participação aos que saíram, desejando sucesso a todos. O presidente passou a todos um recado do Sr. Prefeito: "Este Conselho é formado na sua maioria por representantes da sociedade e a minoria por representantes do governo e as atitudes aqui tomadas são respeitadas. São vigilantes do Patrimônio Histórico da Cidade. Como Prefeito dará a sustentação necessária". O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas muito particularmente agradece com votos de louvor ao conselheiro Luiz Antonio F. Matthes pelos relevantes serviços prestados a este Conselho de Patrimônio Cultural de Campinas. Dá por empossados todos os Conselheiros. Na seqüência faz a inclusão da Ata 349 para aprovação e para dar validade aos fatos ocorridos naquela ocasião. O conselheiro Sérgio Caponi expressa sua concordância pelo que foi lido na Ata 349 com relação ao Largo do Pará, mas coloca sua preocupação pelas depredações feitas pelo DPJ com relação às árvores; é uma área muito restrita e só com o acompanhamento de um especialista, um engenheiro agrônomo, pode haver a poda de árvores. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas coloca em votação a Ata 349. **Com abstenção da conselheira profª Olga Von Simson com a justificativa de sua não presença na reunião do dia 28 de junho (com continuação no dia 03/07/2007) e com abstenção do conselheiro João Manoel Verde dos Santos, a Ata 349 foi APROVADA.** Na seqüência o presidente Francisco de Lagos Viana Chagas retornou ao assunto da identificação dos Bens em Estudo e/ou Tombados pelo CONDEPACC, colocando em votação que a Secretaria de Cultura identifique visualmente todos os Edifícios Tombados - **APROVADO POR UNANIMIDADE.** O conselheiro suplente do IAC, Wilson Barbosa, pede a palavra para dizer que é amigo de Luiz Matthes e sabe a importância que ele tem; o convidou para participar da reunião, mas por motivos particulares não pode comparecer. O conselheiro Herberto Guimarães diz que não poderia deixar passar em branco sua emoção e que a história faz a história; um homem que passou pelo Conselho e teve trabalho relevante terá o mesmo continuado com a mesma proficiência por sua filha Rita Paschoal Homem de Mello. O conselheiro Régis Romano Maciel comunica que dia 21 sairá o "Guia de Arborização" com 70 páginas discutindo a arborização na área urbana da cidade. Verificará a possibilidade de entregar um exemplar para cada um dos conselheiros. Continuando comenta que quando presidente do COMDEMA houve a saída de um conselheiro da OAB; na ocasião foi pressionado para solicitar o retorno desse conselheiro, o que foi impossível. Ele, Régis, deve muito aos trabalhos do IAC, já trabalhou com o representante do IAC - Renato Ferraz. É uma honra trabalhar com os nomes indicados, que sejam todos bem-vindos. **b)** - Apresentação do Inventário do Centro Histórico Expandido com objetivo de abertura de estudo de tombamento de conjuntos significativos para a história de Campinas. **Apresentação feita pela arquiteta Rita de Cássia Francisco sobre o Inventário da Região Central de Campinas:** "O Inventário da Região Central de Campinas tem por objetivo: 1. constituir-se em uma ação de preservação, na medida em que se conservam em outros suportes as informações contidas nos bens originais; 2. apoiar os trabalhos de planejamento urbano; 3. atualizar as informações sobre as intervenções nos bens ao longo dos anos e, enfim; 4. contribuir para o estabelecimento de critérios e parâmetros delineadores das políticas públicas de preservação do patrimônio. O recorte espacial adotado para a pesquisa compreende o perímetro delimitado por: Avenida Aquidaban, Rua Irmã Serafina, Avenida Anchieta, Rua Guilherme da Silva, Avenida Júlio de Mesquita, Rua Olavo Bilac, Rua Carlos Guimarães, Avenida Orosimbo Maia, Rua Jorge Krug, Avenida Barão de Itapura, Rua Dr. Ricardo, Rua Lidgerwood e Avenida dos Expedicionários. O recorte temporal, por sua vez, abrange o período entre os anos de 1872, marco da chegada da ferrovia à cidade, e 1929, data da primeira planta cadastral da cidade de Campinas. Essa delimitação espaço-temporal deve ser

entendida como recurso metodológico para, no escopo do projeto, iniciá-lo e torná-lo factível. Dentre as atividades realizadas, pode-se citar inicialmente a catalogação em ficha física de um conjunto de pedidos protocolados na prefeitura, pertencentes ao acervo do Arquivo Municipal abrangendo desde cercamento e delimitação de lotes até aprovação de projetos de edificações. Concomitantemente deu-se início aos trabalhos de campo, com o intuito de registrar o atual estado de conservação das edificações, através de levantamento físico-arquitetônico. Acerca dos resultados esperados, pode-se dizer que o material coletado na pesquisa histórica e na pesquisa de campo, a sistematização dos dados coletados, o mapeamento do processo de ocupação e ordenamento territorial, a análise tipomorfológica e, enfim, a identificação do estado de preservação e do grau de vulnerabilidade a que estão sujeitos os valores urbanísticos e arquitetônicos dos sítios configuram-se como importantes instrumentos para a ação dos órgãos de preservação na revisão de critérios e normas aos quais estão sujeitos os bens culturais do município de Campinas". O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas dá os parabéns a equipe e a CSPC por esse estudo que permite a possibilidade de se fotografar os bens e de se fazer uma publicação dessa documentação fotográfica para que em 30 de junho do próximo ano possa ser entregue à população. Se disponibiliza a ajudar no que for preciso. O conselheiro José Alexandre Ribeiro cumprimenta pela explanação e pelo trabalho da equipe. **CIÊNCIA E ANÁLISE DO CONDEPACC: 01** - Relatório da fiscalização da CSPC, referente as intervenções no Largo do Pará. O historiador e funcionário da CSPC -Antonio Henrique F. Anunziata - fez a exposição da fiscalização efetuada: "Acompanhamos uma equipe da UNICAMP convidada pela CSPC para realizar uma análise a respeito dos monumentos no referido Largo. Aproveitando a oportunidade verificamos como estão se desenvolvendo as obras neste espaço. Os trabalhos estão em andamento, obedecendo a determinação do Conselho de não mudar de lugar os monumentos (chafariz, coreto, do café e busto do Álvaro Ribeiro), bem como não mexer na topografia da praça. Em relação ao arvoredo e arbustos depois da intervenção ocorrida também não houve mais movimentação. Quanto ao piso, o traçado está sendo adaptado, obedecendo a localização do conjunto vegetal, conforme orientação do CONDEPACC, e o desenho executado em mosaico português com dois tipos de pedras, o granito (cinza) cortado como pedra portuguesa e o arenito/quartzito (branco) natural para este tipo de material. Quanto aos monumentos, o chafariz necessita de completo restauro, estando em condições bem desfavoráveis para o uso. O pedestal jorrava água pelas bocas dos leões e dos florais, funcionava por pressão d'água e gravidade, sendo que a água através da pressão chegava até o topo da estrutura de ferro fundido caindo por gravidade nas bacias (no total de três), enchendo e transbordando em cada uma delas. As bacias estão bem enferrujadas, sendo que a primeira (bacia maior) em uma parte da borda está quebrada, o que faz a água não cair uniformemente pela peça, a segunda (média) e a terceira (menor) tem várias corrosões pela ação da água, o corpo central não parece estar com a estrutura comprometida, isto em um análise preliminar, esperando a análise definitiva da equipe especializada da UNICAMP. O Monumento do Café tem as quatro faces danificadas, tanto no material fundido em bronze como na alvenaria que sustenta as peças. Há um desnível no pedestal do conjunto, face norte e sul, pichações. Sobre o busto do Álvaro Ribeiro existe uma inclinação em torno de 25 mm face sul (Av. Francisco Glicério), ficando o pé do pedestal descoberto pelas recentes obras sendo importante reconstituí-lo. A estátua apresenta algumas fissuras". O conselheiro Justus Videla se diz muito preocupado com o Chafariz e que em época de muita chuva haja garantia de que as pedras colocadas em formato de mosaico português não se soltem. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas disse que o conselheiro Cláudio Natal Orlandi fez a utilização desse tipo de pedra em formato de mosaico português no MACC. O conselheiro Cláudio Natal Orlandi primeiramente se diz muito lisonjeado por participar desse Conselho e que, com relação ao mosaico português, se for muito bem feito não há perigo de sair; a equipe que está fazendo a colocação das pedras é a mesma que colocou no MACC. É uma equipe muito boa. O presidente Francisco de Lagos Viana Chagas falou que solicitou ao sr. Marcos Tognon que apresentasse um estudo de recuperação de todos os monumentos. Pergunta se o Chafariz vai

voltar a funcionar ao que o historiador Henrique Anunziata respondeu que sim, após restauro. Continuando o presidente diz que a recuperação do chafariz terá que ser urgente pois, ao se entregar o Largo, tem-se que entregar por inteiro. Usando profissionais da área para restaurar esses monumentos, com o auxílio dos técnicos da UNICAMP, em conjunto com a Secretaria de Infra-Estrutura. / **02 - Protocolado nº 07/10/23625 PG.** Interessado: Orlando Melo de Castro. Assunto: solicita uma vistoria no bosque e edifícios tombados do Instituto Agrônomo para avaliar a necessidade de podas e remoção de algumas espécies para outros lugares mais adequados no sentido de preservar tais espécies dentro do parque. **O Conselho decidiu formar uma comissão para avaliar a necessidade de podas e da remoção de algumas espécies de lugar.** / **03 - Protocolado nº 07/10/05569 PG.** Interessado: Sociedade Civil dos Amigos de Caminhos de San Conrado. Assunto: solicitação para abertura de estudo de tombamento de dois fragmentos de Mata Nativa existente nas praças 10 e 11 do Condomínio Caminhos de San Conrado do Distrito de Sousas (1ª etapa para discussão da abertura de tombamento conforme decreto 15.471/06 artigo 1º). **APROVADO o encaminhamento de abertura de estudo de tombamento para as Secretarias: de Urbanismo, Planejamento e de Assuntos Jurídicos, cumprindo o Decreto nº 15.471 de 16/05/2006.** / **04 - Protocolado nº 07/10/33514 PG.** Interessado: Joaquim Arruda Penteadó Neto. Assunto: solicitação para abertura de estudo de tombamento de 04 (quatro) fragmentos de florestas remanescentes em Campinas (1ª etapa para discussão da abertura de tombamento conforme decreto 15.471/06 artigo 1º). **APROVADO o encaminhamento de abertura de estudo de tombamento para as Secretarias: de Urbanismo, Planejamento e de Assuntos Jurídicos, cumprindo o Decreto nº 15.471 de 16/05/2006. CIÊNCIA DO CONSELHO: 05 - Protocolado nº 07/10/20966 PG.** Interessado: Instituto de Saúde Integrada. Assunto: Projeto de Conservação e Restauro no Prédio da Santa Casa de Campinas. **DEFERIDO** conforme parecer favorável da CSPC, para solicitação de apoio institucional da PMC quanto a parcerias técnicas para valorizar os projetos e obras na área e na edificação em questão. / **06 - Protocolado nº 05/10/58515 PG.** Interessado: Departamento de Parques e Jardins - DPJ. Assunto: solicitação para substituição da rede de água potável do Bosque dos Jequitibás - bem tombado conforme resolução nº 13/93. Troca e instalação de rede de água por método não destrutivo. **DEFERIDO**, pois a obra irá implantar uma rede nova e eficiente de modo não destrutível, sem interferir nas árvores e recintos dos animais e as perdas de água potável irão cessar. / **07 - Protocolado nº 07/10/33825 PG.** Interessado: E.E. Culto à Ciência. Assunto: pedido para proceder o aterramento completo da piscina da Escola Estadual “Culto à Ciência” - o prédio principal da escola encontra-se tombado pela resolução nº 12/92. **DEFERIDO**, pois a piscina não é tombada. / **08 - Protocolado nº 07/10/26118 PG.** Interessado: Áurea Ferreira Nobre Caldarelli. Assunto: solicitação para aprovação de construção residencial unifamiliar à Rua do Castelo, 56 - qt. 11.219 - lote 05 - área envoltória de bem em estudo de tombamento - Mata São João - processo nº 02/99. **DEFERIDO**, pois o projeto atende ao gabarito de altura menor que nove metros e a taxa de permeabilidade de 25% do lote. / **09 - Protocolado nº 07/10/27921 PG.** Interessado: Karina Martinelli Magalhães. Assunto: solicitação para aprovação de construção residencial multifamiliar sito à rua Dr. César Paranhos Godoy, 200 - lote 8 C - unidade 31 - qt. 30021 - Jardim Chapadão - área envoltória da Pedreira do Chapadão - processo nº 02/01. **DEFERIDO**, pois o projeto atende a taxa de permeabilidade mínima de 20% do lote e gabarito de altura menor do que nove metros - área envoltória. / **10 - Protocolado nº 07/11/06714 PDU.** Interessado: Muzetti Arquitetura e Urbanismo S/C Ltda. Assunto: solicitação para aprovação de construção residencial multifamiliar sito à rua Dr. César Paranhos Godoy, 200 - lote 8 C - unidade 28 - qt. 30021 - Jardim Chapadão - área envoltória da Pedreira do Chapadão - processo nº 02/01. **DEFERIDO**, pois o projeto atende a taxa de permeabilidade mínima de 39,77% do lote e gabarito de altura menor do que nove metros. / **11 - Protocolado nº 09.772/49.** Interessado: Hermínio H. Bertani. Assunto: solicitação para aprovação de ampliação comercial sito à av. Cel. Silva Telles, 123 - lote 26 - qt. 0236 - imóvel lindeiro a bem em estudo de tombamento. **DEFERIDO** por possuir gabarito de altura menor que dez metros e não interferir na visibilidade

do bem estudo. / **12 - Protocolado nº 07/10/35172 PG.** Interessado: Elizabeth D. Leitiner Alves. Assunto: solicitação para aprovação de reforma comercial com acréscimo de área sito à rua José Pires Neto, 185 - lote 12 - qt. 0613 - Nova Campinas - bem em estudo de tombamento - processo nº 03/04 - Bairro Nova Campinas. **DEFERIDO**, pois atende ao gabarito de altura menor que dez metros e a área permeável será mantida. / **13 - Protocolado nº 07/10/32537 PG.** Interessado: Acácio Pereira. Assunto: solicitação para reforma completa da cobertura de imóvel sito à rua 13 de Maio, 147 - lote 07 - qt. 1026 - Centro - bem preservado pela resolução nº 04/90. **INDEFERIDO** conforme parecer contrário da CSPC, pois a intervenção proposta altera a configuração original do telhado e na modificação da volumetria do edifício. / **14 - Protocolado nº 07/10/33938 PG.** Interessado: Mary da Silva Thereza. Assunto: solicitação para demolição total do imóvel sito à rua Sebastião de Souza, 345 - lote 03 - qt. 141 - Centro - imóvel preservado pela resolução nº 12/92 (Colégios Culto à Ciência e Bento Quirino) e listado para estudos detalhados no inventário da Região Central de Campinas. **INDEFERIDO** conforme parecer contrário da CSPC, pois o imóvel se encontra em boas condições de conservação, além de se integrar harmonicamente à Praça Luiz de Camões e a outros imóveis do entorno de tipologias semelhantes, implantação isolada no lote, fartos recuos ou ajardinamentos. / **15 - Protocolado nº 07/10/31118 PG.** Interessado: Lauter Guilherme Ortolan. Assunto: solicitação para demolição de imóvel sito à rua Barão de Monte-Mor, 52 - lote 5 - qt. 1290 - preservado pela resolução nº 04/90 - FEPASA (fachada e volumetria). **INDEFERIDO** conforme parecer contrário da CSPC, pois o imóvel resguarda características representativas da tipologia dos imóveis da Vila Industrial. Nada mais havendo, o Presidente agradece a todos e encerra a reunião, da qual eu, Rita de Cássia Barthasar de Paula, transcrevo a presente Ata, que deverá ser aprovada pelo CONDEPACC. Campinas, 13 de setembro de 2007.